



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **Extensão Universitária no contexto da Reforma Agrária: reflexões acerca das políticas públicas, assessoria técnica e formação profissional no campo**

### **Autores:**

Iara Pezzuti dos Santos - UFMG - iarapezzuti@gmail.com

André Siqueira de Mendonça - UFMG - andresimen@gmail.com

Raul Pacheco Lemos dos Santos - UFMG - pls.raul98@gmail.com

Margarete Maria de Araújo Silva - UFMG - leta123@gmail.com

### **Resumo:**

Este artigo é desdobramento da experiência de Extensão Universitária em trabalho colaborativo entre a Universidade Federal de Minas Gerais, a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras, no contexto de um assentamento da Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Partimos das percepções das dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua vida no campo para investigar as complexidades existentes em seu cotidiano, sobretudo as lacunas institucionais presentes no processo de assentamento. A partir daí, apresentamos o relato da nossa experiência em campo a fim de apontar possibilidades sinalizadas pela Extensão Universitária, tanto no campo profissional da assessoria técnica e na formação de profissionais capacitados e mais conectados a essa complexa realidade, quanto no papel da universidade pública no aprimoramento das políticas no contexto da Reforma Agrária.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA:

Reflexões acerca das políticas públicas, assessoria técnica<sup>1</sup> e formação profissional no campo

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende externar a dupla percepção - suscitada por atividades de extensão universitária – acerca das circunstâncias que modelam o cotidiano dos assentamentos da Reforma Agrária: urgências e oportunidades. Nos processos de ocupação de terras ociosas pelos movimentos sociais organizados, a conquista da terra sempre se dá após longos períodos de luta e resistência coletivas. Nesse processo, fortalecem-se valores sociais coletivos e desenvolvem-se práticas cooperativas, em uma luta diária dos assentados para se manterem e se consolidarem no campo. Entretanto, a luta dos principais atores sociais envolvidos e atuantes no movimento pela Reforma Agrária - os autodenominados Sem Terra - não termina após a conquista do território pelo Movimento. A experiência de extensão universitária no Assentamento Ho Chi Minh do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na zona *rural* do município de Nova União na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tem evidenciado de forma contundente os desdobramentos dessa luta para a consolidação do assentamento e sobrevivência dos agricultores familiares após o reconhecimento institucional da condição de *assentados da reforma agrária*, em contraposição à condição anterior de *acampados* em terras improdutivas - marcada sobretudo pela insegurança da posse.

As terras abrigaram a antiga Fazenda Belo Horizonte e foram conquistadas pelo MST em 2005. Hoje, 13 anos depois, muitas famílias associadas da ASPRA - Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh - permanecem sem acesso aos recursos e créditos governamentais para instalação e desenvolvimento de atividades no campo. Por esse motivo, muitos moradores são levados a manter vínculos de trabalho na capital, transitando diariamente

---

<sup>1</sup> Apesar do nome da Sessão Temática – *Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade*, utilizamos a palavra *assessoria* em contraposição à palavra *assistência* tendo em vista a discussão apresentada por Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2016) no artigo “Assessoria técnica com interfaces”, publicado no IV ENANPARQ. Segundo as autoras, enquanto o paradigma da assistência se funda em um ideário assistencialista, a assessoria poderia caminhar para uma relação onde se busca a não-dominação do conhecimento técnico sobre os conhecimentos e saberes populares, ainda que essa relação permaneça assimétrica devido aos diferentes papéis atribuídos aos assessores técnicos e assessorados na sociedade (BALTAZAR e KAPP, 2016). Assim, de forma consciente e auto-reflexiva, nossa atuação de cunho extensionista buscou não reproduzir tais posições hierárquicas e caminhar para uma construção coletiva dos projetos desenvolvidos.

entre o campo e a cidade consolidada para buscar seu sustento. Por outro lado, aqueles que optam por permanecer no campo enfrentam dificuldades para trabalhar a terra e sobreviver sem o aporte financeiro das Políticas Públicas dirigidas aos assentados do PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária (Figura 1).

Figura 1 – Com dificuldade de acesso aos recursos e programas governamentais, assentados buscam por conta própria consolidar suas vidas no campo.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

Identificar e refletir sobre os impasses e potenciais saídas existentes no processo de implementação da Reforma Agrária demanda, portanto, uma compreensão deste contexto híbrido, pautado pela realidade e os modos de vida do campo e a dinâmica social, tecnológica e econômica do urbano. Nesse sentido, Lefebvre (1972) propõe o conceito de *zona urbana*, entendida como o estágio de organização espacial onde o capitalismo industrial, tendo se estabelecido e se consolidado nas cidades, rompe suas antigas fronteiras e se expande por todo seu território de influência. Roberto Monte-Mór (1994) deriva o conceito de zona urbana para a ideia de uma urbanização extensiva, ou seja, o processo de urbanização que ocorre para além dos limites da antiga cidade industrial, e penetra o espaço regional através de relações socioespaciais. Assim, o autor considera que “a área metropolitana é a expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lefebvre, da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata.” (MONTE-MÓR, 1994, p. 170). João Rua (2006) vai além da conceituação lefebvriana e, apesar de concordar com a existência de uma força do urbano no sentido de uma urbanização *do rural*, considera a necessidade de uma abordagem multiescalar, capaz de reconhecer as diferentes interações e trocas entre ambos, processo que ele caracteriza por urbanização *no rural*:

Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista, como acreditamos, com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, principalmente daquelas mais pobres e/ou empobrecidas no movimento de integração acima referido, quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. (RUA, 2006, p. 88)

Localizado na RMBH, o Assentamento Ho Chi Minh encontra-se justamente nessa zona de fronteira onde, de acordo com Rua (2006, p. 86) “rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.” Dessa forma, torna-se impossível (ou pelo menos indesejável) pensar a questão urbana sem se pensar nas relações que a cidade consolidada estabelece com suas adjacências e vice-versa, bem como as relações socioespaciais provenientes destas trocas.

Segundo Alencar (2018), do ponto de vista da RMBH, as áreas definidas como rurais desempenham importantes papéis na dinâmica urbana, seja através dos vínculos em relação ao abastecimento de alimentos, seja pela sua relação com a preservação ambiental e dos recursos hídricos que garantem a sobrevivência da metrópole. Entretanto, o autor aponta para uma ausência de proposições específicas para as zonas conceituadas como rurais nos planos diretores dos municípios sendo que, quando existem, estas aparecem como diretrizes amplas e desconectadas do território. De acordo com Alencar (2018, p. 76) “[o território] é considerado apenas na demarcação das zonas urbanas e rurais, tratando-as de forma homogênea e antagônica (as zonas rurais comumente são delimitadas a partir da exclusão do que não é urbano)”.

Por outro lado, do ponto de vista dos assentamentos da Reforma Agrária, a complexidade territorial que se instaura com o processo de urbanização extensiva requer políticas públicas efetivas que garantam aos assentados condições para o desenvolvimento das atividades no campo. Apesar da existência de tais políticas no plano institucional, as diversas lacunas existentes no processo de assentamento, especialmente no que diz respeito ao acesso aos subsídios e linhas de crédito, muitas vezes impossibilitam que os assentados consigam expandir sua produção e garantir as mínimas condições de sobrevivência. Após a conquista da terra, as tentativas de acesso a esses créditos para a maioria dos assentados da reforma agrária na RMBH são frustradas e marcadas pela desinformação e entraves institucionais mas, sobretudo, pela dependência a agentes externos em cumprimento às exigências de intermediação técnica, seja através de servidores públicos ou profissionais credenciados para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A partir das percepções propiciadas pela experiência de extensão universitária no Assentamento Ho Chi Minh, sobretudo quanto às dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua atividade produtiva e permanência no campo, buscamos neste artigo refletir sobre o alcance das políticas públicas existentes e investigar algumas lacunas institucionais existentes no processo de assentamento das famílias, mediante o relato dos trabalhos em curso envolvendo os assentados do Assentamento Ho Chi Minh, alunos e professores da Universidade Federal de Minas Gerais e profissionais da Associação Arquitetas

Sem Fronteiras (ASF). Dessa forma, objetiva-se apontar as possibilidades sinalizadas pela Extensão Universitária tanto no que tange a discussão sobre o campo profissional da assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo e a formação de profissionais mais conectados e capacitados para atuar nessa complexa realidade, quanto ao papel da Universidade pública para a formulação, implementação e aprimoramento das políticas existentes.

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Assentamento Ho Chi Minh foi criado em 2005, após aquisição do terreno da antiga Fazenda Belo Horizonte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sua área total é de aproximadamente 784 hectares, o que inclui a área de estradas de uso comum, área comunitária, áreas de Reserva Legal e 37 lotes (Figura 2). Apesar da garantia de acesso à terra, as famílias assentadas permaneceram acampadas em um galpão - antigo alambique da fazenda - e em seu entorno até que o parcelamento e distribuição dos lotes fossem concluídos. Tal processo foi realizado pelo MST em parceria com assessores técnicos e vistoria do INCRA. A definição dos lotes foi realizada por meio de sorteio com possibilidade de algumas trocas entre famílias, contando com a mediação do INCRA durante todo o processo, dada sua responsabilidade institucional de aquisição e distribuição de terras para a reforma agrária.

Figura 2 – Vista geral de parte do assentamento: à direita, a estrada de terra principal de acesso aos lotes; à esquerda, área de Reserva Legal e um dos cursos d'água que cortam a região.



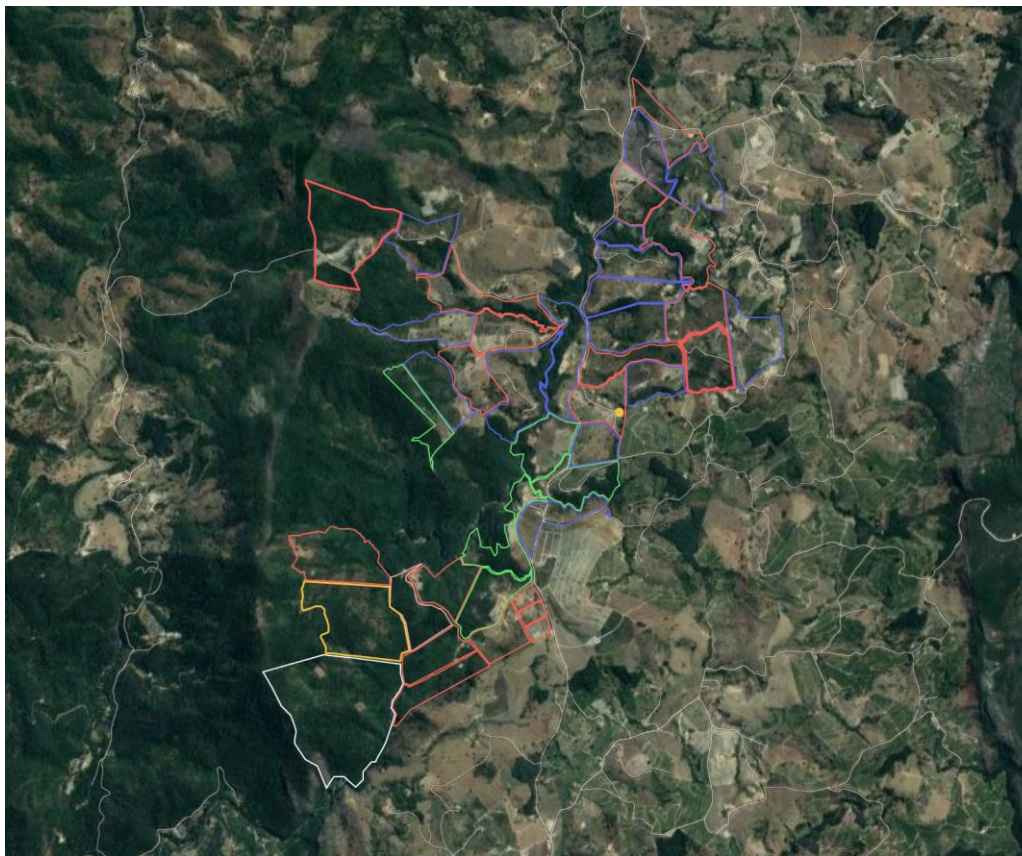
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

Segundo Ana Cimberis (2007, p. 25), o objetivo da distribuição de terras é "democratizar a estrutura de propriedade da terra, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária". Isso implica na defesa da desapropriação de terras privadas que não cumprem a sua função social. Segundo o site do INCRA, a modalidade mais utilizada para aquisição de terras é a desapropriação, seguida do processo de compra e venda de imóveis particulares. A identificação de fazendas

passíveis de desapropriação é realizada por meio de pesquisas cartoriais e consultas aos movimentos sociais, considerando alguns critérios pré-estabelecidos como a classificação dos imóveis rurais em relação a sua área ou a concentração de famílias do campo em situação de extrema pobreza. Foi o caso da Fazenda Belo Horizonte, classificada como grande propriedade a partir dos parâmetros estabelecidos pela lei.

Após aquisição e criação do Assentamento, as famílias selecionadas são instaladas em seus respectivos terrenos (Figura 3). A titulação pelo INCRA às famílias se dá mediante Contrato de Concessão de Uso (CCU)<sup>2</sup>, que garante provisoriamente a permanência das mesmas nos terrenos e abre possibilidades de produção individual ou coletiva, além do acesso a políticas e programas de subsídios governamentais.

Figura 3 – Mapa com a divisão dos 37 lotes do Assentamento Ho Chi Minh, produzido colaborativamente pela disciplina de extensão universitária.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

---

<sup>2</sup> Outros documentos emitidos pelo INCRA são o CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) e o Título de Domínio (TD), que, diferentemente do CCU, são definitivos e, para solicitá-los, o assentado precisa estar há pelo menos dez anos no assentamento. “O CDRU serve para transferir, de maneira gratuita, a posse do lote ao agricultor, mas ainda o mantém vinculado ao INCRA e às políticas da reforma agrária, diferentemente do TD, esta modalidade que, em 2016, passou a ser uma das maiores diretrizes a nível nacional na área” (SASSO, A.; GUERREIRO, A.; BIERHALS, F., 2018). De acordo com o MST, a titulação representa uma “contra-reforma agrária”, pois com ela os assentados deixam de ser “beneficiários das políticas de reforma agrária e, por consequência, se desvinculam dos movimentos sociais de luta pela terra” (idem). A concessão de títulos de domínio não foi identificada no Assentamento Ho Chi Minh e por isso não foi discutida com mais detalhes neste artigo.

Nossa aproximação ao Assentamento Ho Chi Minh se deu no contexto de uma disciplina de extensão universitária – *Uni009: Diálogos Metropolitanos*, ofertada em julho desse ano pela Escola de Arquitetura da UFMG, em parceria com a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh (ASPRA) e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF)<sup>3</sup>. Nossa equipe, composta por 17 discentes da UFMG e três integrantes da ASF, acampou por uma semana no quintal de um dos assentados e encarregou-se de visitar as famílias interessadas em acessar o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)<sup>4</sup>. As atividades realizadas consistiam em esclarecer as condições gerais do Programa Minha Casa Minha Vida - Rural (MCMV-R), de forma a entender as necessidades das famílias e as atuais condições de moradia, bem como verificar os documentos necessários para a solicitação de acesso ao programa. A equipe foi dividida em duplas ou trios encarregados de visitar uma família por dia, com as quais conversavam sem pressa e almoçavam juntos. As entrevistas assumiram a forma de conversas espontâneas, onde cada família tinha também a oportunidade de compartilhar um pouco de sua história, dificuldades e expectativas para a vida. O contato constante com as famílias permitiu que fossem ressaltados, muito mais do que os requisitos básicos para acesso ao programa, a rotina e o modo de vida daquelas pessoas. Foram sete dias de conversas, refeições compartilhadas e circuitos pelo assentamento que nos conduziram à reflexão acerca das dificuldades impostas aos assentados para o acesso pleno a seus direitos no campo.

## A dificuldade de acesso aos subsídios governamentais

Segundo João Pedro Stedile<sup>5</sup> (2003), além de garantir a democratização da propriedade da terra, a verdadeira reforma agrária deve também garantir as mínimas condições de sobrevivência aos assentados no campo, seja pela democratização do comércio e dos processos agrícolas, seja pelo acesso ao capital e ao conhecimento. Embora o acesso a terra represente uma substancial e indispensável transformação nas relações de dominação entre os possuidores dos meios de produção e os detentores apenas da sua força de trabalho, falta aos agricultores familiares o Capital. Como evidenciado pelo clássico tripé do modo de produção capitalista descrito por Marx (1984), Terra, Trabalho e Capital são fatores de produção essenciais ao processo. Transposta a barreira da propriedade da terra, abrem-se as possibilidades de transformação das relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária. Entretanto, sem acesso a recursos financeiros para instalação inicial da infraestrutura de produção, incluindo a moradia, ou para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, o ciclo produtivo não se sustenta e o trabalhador vê-se constrangido a produzir em escala reduzida, quando não apenas para subsistência da família. Configura-se assim um quadro de extrema vulnerabilidade social no qual o acúmulo de carências pode, no limite, levar ao abandono ou mesmo à expulsão de famílias das terras duramente conquistadas, fazendo-as retornar à condição anterior de trabalhador pobre sem terra,

---

<sup>3</sup> Organização da sociedade civil criada em 08 de abril de 2003, é formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento a serviço de demandas coletivas da cidade e do campo e em defesa da cidadania e dos direitos humanos.

<sup>4</sup> O Plano Nacional de Habitação Rural foi criado pela Lei Federal No 11.977, de 7 de julho de 2009.

<sup>5</sup> Membro da atual coordenação nacional do MST, Stedile é um dos fundadores do movimento.

condição frequentemente agravada pelo desgaste físico e psicológico decorrente do esforço de sobrevivência como agricultor em condições tão desfavoráveis.

Nesse sentido, além de promover o assentamento e a redistribuição de terras, o INCRA opera um sistema de créditos destinados aos beneficiários do PNRA com o intuito de auxiliar no desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes conquistados – os chamados créditos de instalação (INCRA, 2018). Dentre as modalidades de créditos disponíveis destacam-se, no caso do Ho Chi Minh: o apoio inicial, para aquisição de itens de primeira necessidade (até R\$ 5.200,00); o fomento, para a implementação de projetos produtivos e estímulo à geração de renda (até R\$ 6.400,00); o fomento mulher, semelhante ao anterior, porém destinado exclusivamente a projetos sob responsabilidade da mulher titular do lote (até R\$ 5.000,00); e os créditos para financiamento da construção de novas habitações rurais (até R\$ 34.000,00) ou reforma das habitações existentes (até R\$ 17.000,00)<sup>6</sup> (Decreto 9.424/2018).

São requisitos comuns para acesso aos créditos mencionados o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que atesta a condição de assentado e é emitido pelo INCRA, a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao mesmo órgão, bem como a inscrição no Cadastro Único (CAD Único), realizada no CRAS específico da região do assentamento. Para acesso às modalidades Fomento e Fomento Mulher, é necessária ainda a elaboração de um projeto técnico por profissionais habilitados, que deverá passar por posterior aprovação do INCRA. Além dos créditos supracitados, o INCRA também é o responsável por autorizar a aplicação de créditos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), financiado pelo Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, a depender da região. O programa é considerado inovador por possuir as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do Brasil (INCRA, 2018). No caso específico do Pronaf, além de todos os documentos mencionados, as famílias devem ainda comprovar seu enquadramento no programa mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP- A)<sup>7</sup> ativa, emitida por agentes credenciados pela SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (BCB, 2018). Em Minas Gerais, quem realiza esse trabalho é a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) ou sindicatos de trabalhadores rurais.

Pela descrição dos créditos disponíveis e a complexidade dos requisitos, percebe-se o grau de dificuldade de acesso aos mesmos pelos assentados. Em primeiro lugar, a maioria dos recursos depende da elaboração de um projeto técnico por terceiros - serviço realizado por empresas ou entidades credenciadas, o que retira a autonomia dos assentados ainda que eles saibam quais atividades e como pretendem desenvolvê-las - e os coloca na dependência de agentes externos, tornando o processo para obtenção dos recursos lento. Cabe ressaltar que todo o trabalho envolvido nessa etapa constitui-se numa espécie de investimento de risco, pois não há garantia de aprovação dos financiamentos a serem solicitados. E ainda, caso aprovados, são assegurados recursos a título de remuneração da assistência técnica para

---

<sup>6</sup> Os valores mencionados são atuais (2018) e referentes aos créditos concedidos por família assentada.

<sup>7</sup> Existem outras modalidades de DAP, sendo que a DAP-A foi criada exclusivamente para os beneficiários do PNRA. Neste caso, apesar de a Emater ser responsável pela emissão, ela deverá ser autorizada previamente pelo INCRA.



acompanhamento da implantação do projeto, mas que, a rigor, não remuneraram o trabalho anterior.

Assim, como aponta Afrânio Garcia (2003, p. 176) “submetidos a todas as urgências impostas pelas necessidades humanas mais imediatas, como a fome”, muitos assentados não conseguem esperar para ter acesso ao recurso e acabam por desistir de acessá-lo<sup>8</sup>; em segundo lugar, no caso específico do Pronaf, o processo perpassa ainda pela Emater, representada pela figura do técnico responsável, que pode decidir ou não pela emissão da DAP<sup>9</sup>. Ainda segundo o autor, tal situação acaba por reativar formas de dependência pessoal, o que pode levar à constituição de redes de clientelismo político, bem como gerar conflitos e disputas entre os assentados, de forma a incidir sobre a coletividade do grupo (GARCIA, 2003).

Com relação à dependência nos projetos técnicos, sob a ótica dos prestadores de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Fábio Ramos Nunes<sup>10</sup> (2018) buscou compreender o papel histórico da extensão rural e investigar os principais entraves institucionais, políticos, financeiros e técnicos à execução desses serviços e de sua condição de disponibilidade e de continuidade junto aos assentados da Reforma Agrária. O autor aponta para a “frequente interrupção dos serviços de extensão rural”, e identifica os períodos em que os assentados “não tiveram acesso a orientações técnicas para exercer as atividades rurais, o que gerou extrema dificuldade, inclusive para acessar recursos financeiros, tendo em vista o atrelamento do crédito rural à assistência técnica”. (NUNES, 2018, p. 15). Embora reconheça a importância dos serviços de extensão rural, aponta para a vulnerabilidade das entidades diante dos frequentes atrasos no repasse de verbas pelo INCRA, à indisponibilidade de recursos para pagamento de técnicos e fornecedores, e às consequentes “interrupções temporárias ou definitivas dos serviços prestados” (NUNES, 2018, p. 87).

Para os assentados, a dificuldade e a demora na liberação dos recursos para o desenvolvimento de atividades na terra conduz à manutenção de vínculos de trabalho na capital, ou à realização de atividades paralelas - factíveis com investimentos relativamente baixos - para incremento da renda familiar como a produção e comercialização de pães, bolos, hortaliças, temperos, produtos cosméticos naturais, prestação de serviços internos, entre outros (Figura 4). João Rua (2006, p. 87) caracteriza esse processo como pluriatividade, entendendo-a como “uma estratégia da família, com a finalidade de - diversificando suas atividades [dentro e] fora do estabelecimento – assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família”.

---

<sup>8</sup> Até julho de 2018, apenas quatro mulheres haviam conseguido acesso ao Fomento Mulher no assentamento, e apenas cinco famílias conseguiram acesso ao Pronaf, ainda que a maioria dos assentados esteja produzindo em seus lotes ou realizando outras atividades.

<sup>9</sup> Não obtivemos acesso aos requisitos que impedem ou liberam a emissão da DAP, mas constatamos famílias com condições semelhantes de produção, sendo que algumas conseguiram o documento e outras não.

<sup>10</sup> Fábio é morador do assentamento, militante do MST e terminou recentemente sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, pela Universidade de Brasília.

Figura 4 – Cosméticos naturais e temperos são exemplos de produtos produzidos e comercializados pelos assentados.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

Ainda segundo o autor, tais transformações mostram como o corte rural/urbano desaparece através das relações estabelecidas sem que, no entanto, algumas características do campo desapareçam por completo. Atividades como o plantio de hortas e alimentos orgânicos para a venda em feiras especializadas na cidade tornam-se cada vez mais comuns entre os assentados. Assim, “o modo de produção capitalista recria o campo” (RUA, 2006, p. 86), transformado pela urbanização extensiva que o influencia direta e indiretamente (MONTE-MÓR, 1996). A existência de modalidades de crédito não voltadas exclusivamente para a agricultura - como o Fomento e o Fomento Mulher, por exemplo - podem indicar saídas para os assentados diversificarem sua produção e fontes de renda. Para tal, será necessária a formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a autonomia dos moradores, especialmente como produtores e gestores, incentivando e desburocratizando seu acesso aos recursos públicos.

## Assessoria técnica e o papel da universidade

Como demonstrado ao longo deste artigo, o processo de reconhecimento dos assentamentos, delimitação, distribuição dos lotes e titulação das famílias pelo INCRA, bem como o posterior acesso a financiamentos e linhas de crédito dependem de projetos, orçamentos, e produção de documentos técnicos. Assim, o acesso às políticas públicas e sua consequente efetivação devem, necessariamente, passar pela intermediação de técnicos, servidores públicos e/ou profissionais credenciados como ATER. Essa dependência a agentes externos constitui-se no primeiro entrave, muitas vezes não superado, para o pleno

desenvolvimento da agricultura familiar e usufruto, pelas famílias assentadas, de seus direitos constitucionais. Diante dessa situação, o direito à assessoria técnica pública, gratuita e de qualidade, escolhida pelos grupos a quem se direcionam tais políticas públicas é uma bandeira histórica dos movimentos sociais (AMARAL, 2002, p.21; SILVA, 2016, p.2). Nesse sentido pode-se dizer que, ao longo das últimas três décadas, houve um processo de reconhecimento e estruturação do campo de trabalho na área da assessoria técnica, principalmente associada à extensão rural. Tal processo repercute, por exemplo, na implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2010). Já no campo específico de Arquitetura e Urbanismo, a estipulação de valores para a remuneração dos serviços de assessoria e elaboração de projetos técnicos para os programas voltados à habitação também sinalizam para a conformação deste campo profissional.

Entretanto, o acesso aos recursos destinados à assessoria técnica só se dá após um extenso trabalho de levantamento de dados que inclui diversas idas a campo para reuniões e entrevistas, normalmente em finais de semana ou à noite, além de todo o serviço posterior às visitas relacionado ao desenvolvimento dos projetos propriamente ditos. Esse trabalho é feito a princípio sem remuneração e sem a garantia de que, ao final do processo, serão contemplados pelos programas existentes e os serviços de assessoria serão finalmente remunerados. Ainda quando são contemplados, o trabalho continua com o acompanhamento das obras. Segundo Lombardi (2011), essas condições de trabalho enfrentadas por aqueles que trabalham na área, ainda que assumindo características mais democráticas, participativas, e se relacionando com importantes processos de transformação social, podem configurar trabalho precário. A baixa disponibilidade de recursos foi um dos motivos práticos da parceria entre a ASF, entidade credenciada como ATER, a ASPRA, como entidade representativa dos assentados Ho Chi Minh e a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da disciplina de extensão. Tal parceria possibilitou a constituição de uma equipe maior para se dedicar, durante uma semana, à elaboração de um trabalho mais completo, que pudesse abarcar a complexidade das questões que permeiam um assentamento da Reforma Agrária.

Se, a princípio, a presença da Universidade no processo parte desta questão prática, ela representa significativos desdobramentos para a instituição e para a efetivação de seu papel na sociedade. A princípio, extrapolar os limites da tradicional *sala de aula* propicia, quase instantaneamente, a reconfiguração das relações entre quem supostamente ensina e aqueles que aprendem. Parte-se para uma relação mais favorável à manifestação de competências e habilidades individuais que reforçam o trabalho coletivo, em contrapartida à rígida definição de papéis representados e assumidos na polaridade *professor-aluno*. O trabalho de campo através da experiência extensionista, portanto, apresenta-se como uma ferramenta essencial para a transformação qualitativa da relação ensino-aprendizagem, capaz de conduzir à produção coletiva de conhecimentos e práticas mais afinados às reais necessidades do território de atuação. Nesse sentido, a experiência aqui narrada tem como um dos objetivos a ampliação das possibilidades de formação do profissional do arquiteto e urbanista na Universidade pública, ao garantir maior embasamento e experiência no campo profissional da assessoria técnica. O trabalho desenvolvido durante uma semana permitiu aos participantes, além de exercitar na prática habilidades desenvolvidas ao longo do curso, colocar em teste conhecimentos técnicos, métodos e bases teóricas, adequando-os ao contexto real.

Por outro lado, o envolvimento prático possibilitado pela extensão proporciona a oxigenação da discussão e do fazer acadêmico, orientando as pesquisas e a prática universitária para a urgência das principais questões sociais. Em última instância, a sistematização e a reflexão acerca das questões observadas em campo possibilita a caracterização dos modos de vida, cultura, habilidades e competências do trabalhador rural, além da compreensão da forma como se estruturam e se implementam as políticas públicas. Esse processo de entendimento, crítica e proposição a partir das questões percebidas em campo ganha dimensão na medida em que a Universidade passa a integrar uma rede de grupos e movimentos rurais organizados – tais como o MST ou a Via Campesina, interessados em discutir e aprimorar a efetividade e o alcance dos programas e políticas públicas. Nesse sentido, orienta-se para a construção de uma *agenda comum* de trabalho envolvendo famílias assentadas da Reforma Agrária, profissionais de assessoria técnica e extensão rural e a comunidade universitária para enfrentamento das contradições que permeiam o cotidiano destas pessoas que, duramente, conquistaram a terra, mas ressentem-se de condições favoráveis para trabalhá-la.

## Desdobramentos

A *agenda comum* é construída a partir das urgências e oportunidades encontradas no contexto do assentamento ao promover a articulação entre agentes interessados e a realização de propostas atreladas a uma reflexão crítica, capazes de potencializar a continuidade das ações. Dessa forma, os exemplos seguintes pretendem destacar as principais questões levantadas sobre o papel da Universidade nesse contexto, bem como evidenciar alguns desdobramentos já visíveis na perspectiva da construção de tal agenda de forma a combinar esforços, interesses, habilidades e saberes das três instâncias: famílias assentadas e movimentos sociais do campo, comunidade universitária e sociedade civil organizada.

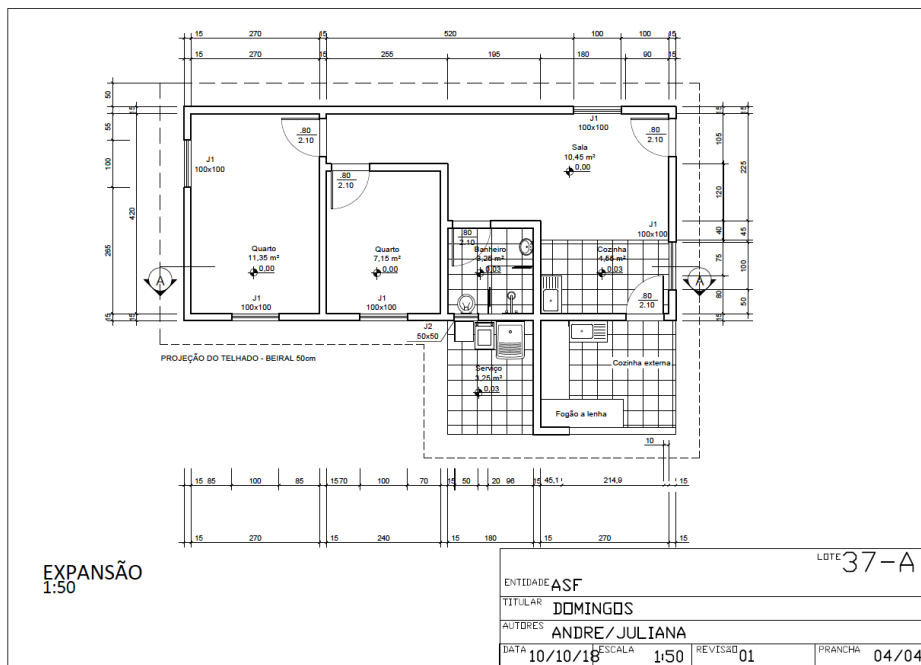
A disciplina extensionista que proporcionou a escrita deste artigo teve como objetivo específico a organização e produção do conjunto de documentos necessários para a inscrição das famílias assentadas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A produção dos estudantes conformou um acervo da disciplina que contém: formulários com dados dos moradores; levantamento arquitetônico das moradias; levantamento fotográfico aéreo dos terrenos (Figura 5); propostas de projetos arquitetônicos das moradias a serem construídas ou reformadas no âmbito PNHR (Figura 6); relatos das conversas realizadas com os moradores (Figuras 7 e 8); reflexões críticas sobre as políticas públicas.

Figura 5 – Levantamento fotográfico aéreo do terreno e produção de um assentado realizado pela equipe com uso da drone *Salvadora Daqui*<sup>11</sup>.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

Figura 6 – Projeto arquitetônico elaborado pelos alunos busca flexibilizar o rígido padrão do MCMV-Rural.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

<sup>11</sup> Imagens disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UC8JvCpuv5CojlvHwfCt1EVw>, acesso em 19 de novembro de 2018.

Figura 7 – Morador desenhando sua casa durante o processo de assessoria para elaboração dos projetos.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

Figura 8 – Reunião para a entrega do material produzido pelos estudantes no Assentamento Ho Chi Minh.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

A disciplina, ao proporcionar a imersão dos estudantes no contexto do assentamento, criou a oportunidade de construção de uma leitura crítica da realidade e das políticas públicas em questão. Nesse sentido, as principais reflexões a partir de nossa experiência de extensão no Ho Chi Minh dizem respeito, especialmente, à burocracia imposta aos assentados para o acesso aos programas e subsídios governamentais; à descontinuidade dos serviços de assessoria e elaboração dos projetos técnicos; e às restrições impostas aos projetos das novas habitações. Para retomar as discussões de Monte-Mór (1996) e Rua (2006), se por um lado a urbanização extensiva representa a força do urbano em direção a uma homogeneização do espaço, há que se reconhecer que ainda resistem entre os assentados modos de vida camponeses, como a utilização de fogão à lenha, plantio de hortas, criação de animais, entre outros (Figura 9).

Figura 9 – O uso do fogão à lenha faz parte do costume das famílias e estava presente em todas as casas visitadas.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018.

Impõe-se aos beneficiários do programa de habitação rural o mesmo padrão de moradia urbana a ser executado em condições mais adversas, dada a distância dos centros fornecedores de materiais de construção e o custo adicional do frete, com menor disponibilidade de recursos financeiros. Ignoram-se os modos distintos de morar, com evidente prejuízo das práticas cotidianas do morador e produtor do campo, negando-lhe inclusive a possibilidade de ajustar os subsídios públicos do programa às necessidades e preferências julgadas prioritárias.

Tais constatações puderam ser elaboradas e vislumbradas pelos estudantes participantes da disciplina que, a partir das conversas, observações e levantamentos, puderam refletir no âmbito da prática as contradições da política pública de habitação rural. Dessa forma, destaca-se o papel pedagógico da disciplina também por inserir as pautas da reforma agrária e do MST na formação acadêmica. A fim de garantir a continuidade desse processo para além da disciplina extensionista, outro desdobramento é a elaboração do Projeto de

Extensão intitulado *Construção de agenda comum entre Assentados da Reforma Agrária, a Extensão Rural e a Extensão Universitária*, que possibilitará a atuação da Universidade no contexto do Assentamento na perspectiva de assegurar a continuidade da investigação e identificação de outras demandas existentes no Ho Chi Minh.

Além dos resultados mencionados, a disciplina de extensão universitária proporcionou o estreitamento dos vínculos entre a ASPRA e ASF. O maior contato entre estes agentes e as discussões surgidas a partir da experiência de extensão serviram como base para a escrita do projeto “Para além das bananas: preservação, restauração ecológica, ecoturismo e empreendedorismo socioambiental no assentamento da Reforma Agrária Ho Chi Minh – Nova União/MG”, escrito em conjunto com os assentados e associados à ASPRA e membros da ASF que também estiveram presentes na experiência extensionista realizada pela universidade em Julho. O projeto objetiva:

[...] a restauração ecológica do Vale do Rio Preto, a partir do Assentamento Ho Chi Minh, mediante a recuperação das áreas de cabeceiras e da mata ciliar, combinada à implantação de sistemas agroflorestais e à produção de mudas de espécies endêmicas. A manutenção do ecossistema recuperado se dará pela formação de prestadores de serviços ambientais, implantação de empreendimento de ecoturismo e pelo fortalecimento, via microcrédito, do potencial produtivo das famílias assentadas. (ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA HO CHI MINH, 2018).

Construído sobre dois grandes eixos de atuação - “restauração ecológica” e “empreendedorismo socioambiental e ecoturismo” - a proposta envolve, dentre outras atividades: o mapeamento de 786.2 ha (correspondentes à área do Assentamento) quanto ao seu potencial ambiental e das áreas a serem recuperadas com emprego de geotecnologias; formação em serviço de turmas mediante imersão no Assentamento para conhecimento e prática das técnicas de manejo agroflorestais; contratação de consultoria nas áreas de hidrologia, geologia, geografia, agronomia, direito ambiental e engenharia ambiental; diagnóstico do potencial produtivo das famílias; reconstrução da antiga da sede da Fazenda Belo Horizonte e seu entorno para instalação de infraestrutura, incluindo área de camping; registro documental do patrimônio material e imaterial do município de Nova União remanescente na área do Assentamento Ho Chi Minh; além da contratação de consultoria nas áreas de arqueologia, arquitetura, turismo e gestão de negócios. O projeto, caso aprovado, demandaria a presença de profissionais capacitados a trabalharem no contexto do Assentamento, não só da área de Arquitetura e Urbanismo, mas também de diversas outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, afirma-se a importância da Extensão Universitária para a formação de profissionais aptos a lidarem com essas demandas transdisciplinares e condizentes à realidade dos moradores.

## APONTAMENTOS FINAIS

Os questionamentos e reflexões apresentados neste artigo demonstram a necessidade da compreensão da Reforma Agrária para além do acesso à terra. Sem dúvida, como bem



reconhece Fábio Nunes (2018), são notáveis as lutas e as conquistas dos movimentos sociais, no sentido de assegurar, via políticas públicas, os direitos constitucionais dos assentados da Reforma Agrária. Entretanto, persistem consideráveis lacunas entre as demandas locais e os mecanismos de execução dos programas governamentais, cuja superação depende da compreensão das particularidades da vida no campo e da criação de instâncias locais de decisão e controle social que assegurem os direitos básicos das famílias assentadas.

Os programas e as políticas públicas devem, portanto, propiciar a permanência da população no campo, a partir do entendimento da complexidade territorial instalada com o processo de urbanização extensiva. Como aponta Rua (2006, p. 100) "a reforma agrária [deve ser tratada de forma] diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje". Como discutido nesse artigo, a forma como são operacionalizadas as políticas públicas impõe entraves de acesso pelos assentados. Os diversos documentos, registros e procedimentos demandados limitam o exercício da autonomia coletiva pelas comunidades e as tornam dependentes das entidades credenciadas como ATER e também dos técnicos, administradores públicos, acadêmicos, entre outros agentes que detêm certa autoridade nas instâncias de decisão.

Nosso esforço de integração da Universidade ao grupo de agentes envolvidos na Reforma Agrária, por meio da extensão universitária, objetiva tanto a formação de profissionais mais capacitados a atuarem junto aos agricultores familiares e movimentos rurais quanto à avaliação e reelaboração das políticas existentes, adequando-as às particularidades dos modos de vida dos assentados. Dessa forma, a construção de uma agenda comum que combine os interesses, habilidades e saberes das famílias assentadas, dos movimentos sociais do campo, da comunidade universitária e da sociedade civil organizada indica uma possibilidade de atuação conjunta para o enfrentamento das questões mais urgentes que perpassam a efetivação da Reforma Agrária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Victor Gabriel de Souza Lima. *Agroecologia: Para além do rural e urbano na RMBH*. Trabalho de conclusão de curso - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. *Habitação na cidade de São Paulo*. 2ª edição revisada. São Paulo, Pólis / PUC-SP, 2002. 120p.
- ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA HO CHI MINH. *Para Além Das Bananas: Preservação, Restauração Ecológica, Ecoturismo e Empreendedorismo Socioambiental no Assentamento da Reforma Agrária Ho Chi Minh – Nova União/MG*. Proposta de trabalho para Fundo de Direitos Difusos (FDD). Nova União, 2018.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. *Assessoria Técnica com interfaces*. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf*. 2017. Disponível em:  
<[https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp)>. Acesso em: 20/08/2018.
- BRASIL. Presidência da República. *LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em 15/11/2018
- BRASIL. *Decreto no 9.424*, de 26 de junho de 2018. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm)>. Acesso em: 20/08/2018.
- CIMBLERIS, A. *Utilização de plantas medicinais no assentamento Ho Chi Minh (MG), do MST: pesquisa-ação*. Dissertação (Mestrado em Farmácia) - Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 180. 2007.
- GARCIA, A. *A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 154-189, jul/dez. 2003.
- INCRA. *Obtenção de terras*. 2018. Disponível em:  
<[http://www.incra.gov.br/Aquisicao\\_de\\_terras](http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras)>. Acesso em: 15/08/2018.
- LEFEBVRE, Henri. *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza, 1972.
- LOMBARDI, Maria Rosa. *Políticas de habitação popular, trabalho associado e relações de gênero: a experiência da USINA*. São Paulo: FCC/DPE, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. vol. I, T 2, São Paulo: Abril. Cultural, 1984 (Coleção os Economistas)
- MONTE-MÓR, R. L. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (Eds.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994, p. 169-181.
- NUNES, Fábio Ramos. *Uma análise da política de ATER no DF e entorno*. Brasília, Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado).
- RUA, João. *Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades*. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SASSO, A.; GUERREIRO, A.; BIERHALS, F. "A nova face da Reforma Agrária no Brasil". 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/07/a-nova-face-da-reforma-agraria-no-brasil/>>. Acesso em: 20/08/2018.

SILVA, Rosana de Oliveira Pithan. *Análises e Indicadores do Agronegócio* - v.11, n.5, maio 2016

STEDILE, J. P. *Latifúndio: o Pecado Agrário Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003.